

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS
INFORME BRASIL Nº 26/2012

Período: 28/07/2012 – 03/08/2012

GEDES – Brasil

- 1- Brasil atende à determinação da Corte Interamericana de Direitos Humanos e indeniza famílias de vítimas da Guerrilha do Araguaia
- 2- Comissão da Verdade: informações sobre eliminação de documentos e demora para identificação de corpos, do regime militar
- 3- UnB terá sua própria comissão da verdade
- 4- José Dirceu não participará de homenagem ao Molipo
- 5- Polícia Militar enquanto vestígio do regime militar
- 6- Exército atende população afetada pela seca no Nordeste
- 7- Jornal aborda indústria e comércio internacional de armamentos brasileiros
- 8- País terá novo sistema de proteção de áreas estratégicas
- 9- Manifestantes pintam estátua de Marechal Castelo Branco em protesto
- 10- Salários de militares são divulgados pela CGU
- 11- As eleições municipais de 2012 e a temática do regime militar
- 12- Relatório estadunidense destaca preocupação com atividade terrorista Æ em território brasileiro
- 13- Vítima do regime militar será homenageada
- 14- Estudo do governo propõe aumentar lista oficial de mortos e desaparecidos durante o regime militar
- 15- Piloto que realizou rasante na Esplanada dos Ministérios dia 01/07/12 não foi punido
- 16- Retirada apressada da Minustah poderia desestabilizar o Haiti

1- Brasil atende à determinação da Corte Interamericana de Direitos Humanos e indeniza famílias de vítimas da Guerrilha do Araguaia

De acordo com o jornal *Correio Braziliense* o governo brasileiro já gastou US\$1,287 milhão para atender a uma parte das determinações da Corte Interamericana de Direitos Humanos, que, em 2010, condenou o país por não ter investigado e punido os responsáveis por mortes e desaparecimentos ocorridos durante a Guerrilha do Araguaia (1972-1974). Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o governo anunciou, no dia 27/07/12, que depositará em juízo a quantia que deverá indenizar 20 famílias de militantes mortos na guerrilha. Caberá à Justiça determinar quem serão os beneficiados e fazer os pagamentos. Entretanto, o valor total de indenizações estipulado pela Organização dos Estados Americanos (OEA) ao Brasil consiste em aproximadamente US\$ 2,5 milhões. Segundo a Advocacia Geral da União, parte desse total já está sendo distribuído entre 42 famílias herdeiras reconhecidas dos mortos. Além do pagamento indenizatório, a sentença determina ainda que sejam encontrados e identificados os corpos dos guerrilheiros mortos. Para isso, já está em trabalho um grupo de busca do governo federal. Dos 70 mortos na guerrilha, apenas os restos de dois deles foram identificados. Foi exigido também pela OEA que sejam punidos judicialmente os agentes do Estado que estiveram envolvidos com a morte e a ocultação dos corpos, mas, nesse caso, há um impasse, uma vez que tais agentes estão protegidos pela Lei da Anistia (1979) que permanece em vigor.

(Correio Braziliense – Política – 28/07/12; Folha de S. Paulo – Poder – 28/07/12)

2- Comissão da Verdade: informações sobre eliminação de documentos do regime militar e assassinatos do período

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, a Comissão da Verdade busca agora informações sobre quais seriam os responsáveis pela eliminação de documentos do período do regime militar (1964-1985). Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, ao menos 19,4 mil documentos que eram do Serviço Nacional de Informações (SNI) foram aniquilados. Para o integrante da Comissão Claudio Fonteles, não pode ser considerada correta a interpretação jurídica que afirma que a eliminação dos documentos e o não registro da ação nas atas foram apropriados. Além disso, a Comissão da Verdade criticou o longo tempo necessário para a identificação de corpos de vítimas. De modo recente, o órgão enviou ofício ao Ministério da Justiça com o intuito de cobrar informações sobre os trabalhos de um núcleo da Polícia Federal de "antropologia forense" e "testes de DNA", nos cemitérios de Perus e Vila Formosa, em São Paulo. De acordo com a *Folha*, no dia 01/08/12, um estudo do governo federal "propõe quase triplicar a lista de mortos e desaparecidos" durante o regime militar. O periódico informou que o documento do governo, que inclui mais 600 mortos à lista oficial (que contém apenas 357) e analisa o período entre os anos de 1961 e 1988, será encaminhado à Comissão da Verdade e à Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e estes irão julgar se as novas informações devem ser consideradas ou não. O autor do estudo, coordenador do projeto Direito à Memória e à Verdade da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência, ex-presos político e ex-deputado, Gilney Viana, afirmou que "o objetivo é incluir o nome dessas vítimas na Justiça de transição, com o devido reconhecimento do Estado". O jornal ainda afirmou que muitos dos assassinatos considerados pelo estudo foram realizados "a mando de fazendeiros ou políticos que tinham ligações com o regime". O estudo não considera a morte de índios no período abordado, o que, segundo a *Folha*, é um assunto que outras organizações pretendem levar a debate na Comissão da Verdade. (Correio Braziliense – Colunas – 28/07/12; Folha de S. Paulo – Poder – 31/07/12; Folha de S. Paulo – Poder – 01/08/12)

3- UnB terá sua própria comissão da verdade

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, a Universidade de Brasília (UnB) instalará, em agosto de 2012, sua própria comissão da verdade, que deverá contribuir com as pesquisas da versão nacional do órgão. A comissão terá 11 integrantes, ainda não nomeados, que trabalharão para tentar descobrir quem foram os colaboradores do regime militar (1964-1985) internos à Universidade. A pesquisa, que considerará o período entre 1964 e 1988, deverá ser feita tanto a partir de documentos – sejam do Arquivo Nacional, sejam da própria Instituição –, como a partir de depoimentos de discentes, docentes e outras pessoas que tenham vivido o período. A previsão é de que este trabalho seja concluído no início de 2014 para ser, então, enviado ao colegiado nacional. Outro eixo da pesquisa será a tentativa de compreender como se findou o projeto vanguardista inicial da UnB desenvolvido por Darcy Ribeiro, para,

assim, iniciar uma tentativa de resgate dos ideais iniciais. O projeto de Ribeiro, considerado revolucionário por alguns, propunha uma universidade livre, ou seja, sem política de créditos para a formação, em que o conhecimento seria desenvolvido a partir de trocas coletivas. Mas essa estrutura foi perdida ao longo do tempo, graças à padronização do ensino superior. O entusiasta do projeto e professor do departamento de história da UnB, José Otávio Nogueira disse acreditar que a comissão poderá trazer revelações surpreendentes e, também, encontrar informações sobre a possível represália sofrida por professores que, por terem visões ideológicas contrárias ao regime, teriam sido impedidos de progredir na carreira. Essas pesquisas podem ainda revelar como foram tratados os ex-estudantes da instituição, que à época, foram presos e mortos por agentes do regime, como o caso de Honestino Guimarães. Guimarães, que foi presidente da Federação dos Estudantes Universitários de Brasília (Feub), acusado pelo governo de "promover e orientar a ação subversiva na UnB e ser o responsável por todas as crises por que tem passado a instituição. Um agitador contumaz e pernicioso ao ambiente universitário". Para o sobrinho de Honestino, Mateus Guimarães, toda iniciativa que busque pela realidade dos fatos ocorridos é boa. Em coluna opinativa publicada no *Correio*, Mateus Guimarães defendeu o direito à memória e à verdade em nome de todas as famílias de mortos e desaparecidos durante o período do regime militar. Guimarães mencionou, em seu texto, as angústias de uma família em busca de informações sobre seu ente morto por agentes do regime. O caso da morte de seu próprio tio Honestino – para quem foi redigida uma certidão de óbito cuja única informação preenchida fora a data da morte, que coincidiu com a data do rapto – seria, segundo Mateus, “uma tentativa, digamos, de evitar quaisquer perguntas desse dia em diante”. Guimarães afirmou ainda que “o Estado brasileiro perpetua a tortura, na medida em que não teve a coragem, o respeito e o compromisso com seu povo que Chile, Argentina, Peru, Uruguai e tantos outros países demonstraram ao efetivar um processo real de Justiça de Transição”. Além disso, afirmou que a impunidade tem sido perpetrada pelo Judiciário do país, e que as possibilidades de justiça seriam remotas “nesse sistema, cujo regime é definido pelo poderio econômico”. (*Correio Braziliense* – Cidades – 28/7/12)

4- José Dirceu não participará de homenagem ao Molipo

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o ex-chefe da Casa Civil José Dirceu não participará da homenagem ao Movimento de Libertação Popular (Molipo), promovida pelo Núcleo de Preservação da Memória Política e pelo Memorial da Resistência. Dirceu, que foi pertencente ao grupo no combate ao regime militar (1964-1985), será um dos réus julgados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) a partir do dia 02/08/12 pelo caso do mensalão, tido como o maior caso de corrupção do país. A intenção de Dirceu ao não comparecer ao evento, conforme o jornal, seria evitar prejuízos às vésperas do julgamento, ao contrário do que fez em 09/06/12, quando compareceu a um evento de homenagem à União Nacional dos Estudantes (UNE) e convocou os participantes a defendê-lo. Segundo um aliado de Dirceu, ele é visto como um herói dentre os estudantes, por caracterizar um símbolo da luta contra o regime militar. De acordo com o livro *Direito à Memória e à Verdade*, editado pela Secretaria de Direitos Humanos do governo federal, as práticas do Molipo

consistiam em assaltos a bancos e expropriação de armas, o que garantia os recursos necessários para prosseguir com a luta contra o regime, além de atentados a bomba e ações de propaganda armada. Suas ações se concentravam nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro. O Molipo foi criado a partir de uma dissidência da Ação Libertadora Nacional (ALN) que recebeu incentivos do serviço secreto cubano. Nos anos 1970, o Molipo teve seu fim, com vários de seus integrantes mortos, a maioria em confronto com a polícia, restando apenas três, dentre eles, José Dirceu. (Correio Braziliense – Política – 28/07/12)

5- Polícia Militar enquanto vestígio do regime militar

Em coluna opinativa publicada no jornal *Folha de S. Paulo*, o doutor em ciências sociais e professor da Universidade de São Paulo (USP), Ruy Braga, e a diretora da Federação Nacional do Judiciário Federal e Ministério Público da União (Fenajufe), Ana Luiza Figueiredo, defenderam a extinção da Polícia Militar Brasileira conforme exigido pelo Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) no final de maio de 2012. Segundo Braga e Figueiredo, o modelo policial brasileiro foi estruturado durante o período do regime militar (1964-1985) e, portanto, baseado em uma ideologia na qual o principal inimigo do Estado era interno, ou seja, a própria população pobre brasileira. Eles citaram que, em 1969, o então Ministério do Exército assumiu o controle das polícias militares, que passaram a ficar sujeitas a uma justiça muito peculiar, em que as infrações disciplinares são punidas com rigor, mas em que os crimes contra a população são tratados com condescendência. De acordo com os autores, “uma polícia criada para o enfrentamento bélico não pode promover senão a violência sistemática contra os setores mais explorados e dominados dos trabalhadores brasileiros: a população pauperizada, os negros, os homossexuais e toda sorte de excluídos”. Segundo eles, o processo de redemocratização do país trouxe à tona a necessidade de extinção dessa polícia. Sem essa mudança, de acordo com essa visão, a população brasileira não poderá superar o regime militar. Braga e Figueiredo afirmaram que, para isso, é necessário primeiramente “desnaturalizar” o discurso que considera “classes perigosas”, ou seja, que culpa a população pobre das cidades pela violência, entendendo que esta é uma questão socioeconômica e que demanda, portanto, políticas sociais que combatam a pobreza e a degradação social. Para os autores, “tanto a polícia quanto o Judiciário deveriam estar a serviço da segurança das famílias trabalhadoras. Em vez de se balizarem pelo arbítrio dos dominantes, deveriam prestar contas aos sindicatos, às associações de moradores e às entidades de direitos humanos”. (Folha de S. Paulo – Opinião – 28/07/12)

6- Exército atende população afetada pela seca no Nordeste

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o serviço de caminhões-pipa do Exército teve de sofrer alterações em sua rota devido ao atual período de intensa seca na região Nordeste do país, que tem provocado escassez de água nos tradicionais reservatórios da região. Segundo o Comando Militar do Nordeste, cerca de 50 quilômetros serão aumentados na rota em cada um dos 200 municípios afetados. De acordo com a *Folha*, o Exército possui 3719

carros-pipa nas regiões mais afetadas pela seca, atendendo a 3 milhões de pessoas. No estado do Ceará, dos 178 municípios em situação de emergência, 93 já são atendidos pelo Exército. (Folha de S. Paulo – Poder – 29/07/12)

7- Jornal aborda indústria e comércio internacional de armamentos brasileiros

Com a repercussão da recente publicação do relatório do Instituto Internacional de Pesquisa da Paz de Estocolmo (Sipri), o qual afirma que, em 2011, o Brasil foi o 27º maior exportador de armas convencionais do mundo – conforme notícia que retratamos no Informe Brasil 25/2012 –, o jornal *Folha de S. Paulo* explicitou que “Apesar de mitos recorrentes, o Brasil não é nem nunca foi grande exportador de armas, embora tenha uma indústria bélica diversificada e que está de novo otimista quanto ao futuro do setor”. O jornal defendeu que o alvoroço causado pela exportação de armas pelo Brasil se deve aos seus clientes, não confiáveis, como Muammar Gaddafi (Líbia), Saddam Hussein (Irão) e Robert Mugabe (Zimbábue), e que as vendas de 2011 representaram apenas 0,1% do mercado mundial de armamento. A *Folha* ainda ressaltou que, em 1985, o Brasil chegou a ocupar a 10ª posição nas exportações mundiais, seu melhor desempenho, mas que representava menos de 1% do total mundial. Em relação ao relatório, o jornal afirmou que o Sipri analisou apenas a venda de armas consideradas “importantes”, como tanques, caças e navios, não contabilizando produtos como armas portáteis e munições; isto é, se outros materiais gerais de defesa fossem considerados, a posição da indústria brasileira melhoraria. No Livro Branco de Defesa Nacional, enviado recentemente ao Congresso, há citação das políticas do governo para o setor e sua relação com o crescimento da economia e com as necessidades de equipamentos das Forças Armadas; mais do que exportar, a indústria de defesa pretendia substituir as importações. De acordo com Carlos Afonso Pierantoni Gambôa, vice-presidente executivo da Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (Abimde), que possui cerca de 170 empresas associadas, “cada vez mais as empresas brasileiras estão se apresentando como capazes de oferecer produtos e serviços com a qualidade requerida pelas Forças Armadas e órgãos de segurança pública”. Nesse sentido, o periódico destacou ainda o sucesso das parcerias entre empresas nacionais e internacionais, como por exemplo: a da francesa Thales com a empreiteira brasileira Andrade Gutierrez, na defesa de fronteiras, e a parceria da também francesa DCNS com a brasileira Odebrecht, para a construção de estaleiro de submarinos. A *Folha* também recordou que, com o fim do regime militar brasileiro (1964-1985) e do período da Guerra Fria, em 1989, o país não retornou mais à lista dos vinte maiores vendedores de armas e que, desde o início dos anos 1990, o preço do material bélico tornou-se relativamente barato, por isso a necessidade de políticas de incentivo às indústrias do setor pautadas pelas compras por parte das Forças Armadas nacionais. Nas palavras de Carlos Frederico Aguiar, presidente da Abimde, “as ações do governo para consolidar sua base industrial de defesa são vistas como ameaça pelos principais produtores do mundo, o que mostra que o Brasil poderá vir a ser um competidor a mais”. A ênfase na reorganização do setor bélico brasileiro, conforme o jornal, não deve estar aliada as várias considerações humanitárias e se assemelha ao que também ocorreu em países industrializados, como a corrida armamentista do Reino Unido e da Alemanha na virada do século XX.

O periódico citou o final da Guerra Fria como determinante à concentração dos exportadores da área nos Estados Unidos e na Rússia; no caso do Brasil, as maiores empresas exportadoras na período militar quebraram e ressurgiram, como a empresa aeronáutica, que organizou uma divisão de defesa, adquiriu empresas de tecnologia militar e garantiu estímulo do governo por meio da criação de arcabouço jurídico favorável. O jornal, por fim, destacou que o foco de vendas das empresas é o Brasil, que tem “demanda adicional de segurança para grandes eventos (Copa e Olimpíada), mas América Latina, África e Ásia/Oceania estão na mira”. Todavia, a *Folha* não descarta que entre os clientes permaneçam países em regime ditatorial e violadores de direitos humanos, como ocorreu no passado, reiterando que isso “não é exclusividade brasileira” e citando o caso da Alemanha, 3ª exportadora mundial de armas e que tem o pacifismo como princípio constitucional. Por outro lado, o mesmo jornal publicou coluna opinativa, no dia 01/08/12, escrita por Atila Roque e Maurício Santoro, que destacou a coincidência dos períodos em que anúncios de crescimento dos incentivos para a produção de armamentos foram publicados e, ao mesmo tempo, as polêmicas sobre venda de armamentos vieram a tona. Os colunistas mencionaram que a exportação de armas “era bem maior do que se imaginava”, e que deveria haver um controle sobre a venda de “armamentos controversos, como bombas de fragmentação, a clientes como o governo do Zimbábue”, e de gás lacrimogêneo para o governo da Turquia. Ainda foi destacado que o Brasil é um dos países que participam da negociação do Tratado de Comércio de Armas, o que pode afetar diretamente a exportação de armamentos brasileiros, além de favorecer o “compromisso humanitário”. Foi indicado ainda que a Anistia Internacional busca que seja incluído no Tratado a proibição da venda de armamentos para países que possuem “governos envolvidos em atrocidades”. Outro ponto evidenciado pelos colunistas é o fato de o Brasil ser o 20º maior exportador de armamentos, realizando negociações “com escassa prestação de contas” e “de pouca transparência”. Roque e Santoro afirmaram que, antes de fornecer à Turquia, o Brasil já enviava “gás lacrimogêneo para o governo do Bahrein, envolvido na repressão às manifestações pró-democracia”. Por fim, argumentaram que deveria haver “uma maior discussão pública, transparência e participação cidadã” e que o “respeito aos direitos humanos deve orientar as políticas do Estado brasileiro nesse setor”. (Folha de S. Paulo – Mundo – 29/07/12; Folha de S. Paulo – Opinião – 01/08/12)

8- País terá novo sistema de proteção de áreas estratégicas

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o Brasil receberá maior proteção em suas instalações estratégicas graças a um novo projeto do Exército chamado Proteger. O projeto visa a proteção de terminais portuários e aeroportuários, termelétricas e projetos estratégicos, que correspondem a mais de 92% do Produto Interno Bruto nacional. Segundo o general José Fernando lasbech, gerente do Proteger, “o Exército deixará de trabalhar só na crise, mas de forma permanente, agindo preventivamente, diminuindo a vulnerabilidade das instalações estratégicas do País e de forma interligada com todos os órgãos responsáveis pela segurança do País”. Na apresentação do projeto para a presidenta da República, Dilma Rousseff, o general do Exército, Enzo Peri, afirmou que o objetivo é proteger 56% da matriz energética do Brasil, que

corresponde a mais de 20 milhões de metros cúbicos de petróleo, 20 mil quilômetros de dutos e mais de 100 mil quilômetros de linhas de transmissão. Segundo Peri, serão necessários mais recursos financeiros e humanos para o projeto. A produção bélica nacional será privilegiada nas aquisições para o projeto. (O Estado de S. Paulo - Nacional - 29/07/12)

9- Manifestantes pintam estátua de Marechal Castelo Branco em protesto

Conforme noticiado pelo jornal *Correio Braziliense*, em protesto ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, integrantes do grupo “Articulação Estadual pela Memória, Verdade e Justiça” e da Organização Não Governamental “Tortura Nunca Mais”, pintaram de vermelho uma estátua do Marechal Castelo Branco, primeiro governante do regime militar brasileiro (1964-1985), durante protesto. Também na manifestação foi lida uma lista do que os manifestantes chamaram de “crimes’ cometidos pelo militar” e nomes de mortos pela repressão do regime. Ao final, foram colados cartazes na estátua e nela colocada uma faixa com os dizeres “o ditador do Brasil”. (Correio Braziliense – Política – 30/07/12)

10- Salários de militares são divulgados pela CGU

De acordo com o jornal *Correio Braziliense*, no dia 30/07/12, a Controladoria-Geral da União (CGU) divulgou, no Portal da Transparência, os salários dos militares da ativa do Exército, da Marinha e da Aeronáutica. O prazo dado ao Ministério da Defesa para o envio dos dados era também dia 30/07/12. Tanto a remuneração básica (soma das parcelas do soldo e adicionais ao posto ou à graduação), como os descontos obrigatórios (Imposto de Renda, Pensão Militar e Fundo de Saúde) foram publicados pelo site. Cerca de 377 mil servidores civis e militares do Ministério da Defesa tiveram seus salários divulgados no portal, segundo o jornal. No fim do mês de agosto, a CGU pretende disponibilizar os valores indicativos às verbas indenizatórias (auxílio-alimentação, auxílio-transporte e auxílio-creche de servidores civis e militares). De acordo com os dados publicados, referentes ao mês de junho, os três comandantes das Forças ganharam R\$ 11,4 mil de salário bruto; em comparação aos valores pagos aos ministros de Estado, que recebem por volta de R\$ 26,7 mil, os salários dos comandantes são considerados baixos. (Correio Braziliense – Política - 31/07/12)

11- As eleições municipais de 2012 e a inclusão da temática do regime militar

Segundo o jornal *Correio Braziliense*, no dia 30/07/12, em audiência pública da Comissão da Verdade no Palácio do Planalto, a conselheira Rosa Maria Cardoso defendeu que o regime militar (1964-1985) seja tema abordado nas campanhas municipais de 2012, visto a necessidade de pessoas para auxiliar na mobilização sobre a temática. No dia 13/07/12, em um encontro da Comissão no Rio de Janeiro, Cardoso cogitou a possibilidade de convidar também candidatos às eleições municipais deste ano para participarem das discussões. Contudo, para o coordenador da Comissão e ministro do Superior Tribunal de Justiça, Gilson Dipp, os trabalhos do grupo não devem ser relacionados às eleições de 2012. (Correio Braziliense – Política - 31/07/12)

12- Relatório estadunidense destaca preocupação com atividade terrorista em território brasileiro

De acordo com o jornal *Folha de S. Paulo*, o Departamento de Estado dos Estados Unidos da América (EUA) divulgou o “Relatório sobre Terrorismo nos Países em 2011”, no qual foi mencionada a preocupação dos serviços de segurança brasileiros quanto à possibilidade de terroristas usarem o território do país como base para seus ataques, visando “apoiar ou facilitar atentados terroristas, domésticos ou no exterior”. A *Folha* destacou que o documento evidenciou que os “esforços brasileiros [...] focaram São Paulo, a Tríplice Fronteira com o Paraguai e a Argentina e as fronteiras com Peru, Colômbia e Venezuela”. O periódico ressaltou ainda que, nos anos de 2008 e 2009, foram realizadas indicações similares à de 2011, porém, com menos destaque ao terrorismo no Brasil. Além disso, foi noticiado que o país e os EUA estariam atuando conjuntamente na identificação de suspeitos de terrorismo, havendo elogios sobre a atuação da Receita Federal na redução do “fluxo de armas, drogas e contrabando na fronteira paraguaia”. (*Folha de S. Paulo – Mundo – 01/08/12*)

13- Vítima do regime militar será homenageada

Segundo o periódico *O Estado de S. Paulo*, a Praça Divina Providência, localizada na região central da cidade de São Paulo, será rebatizada com o nome do ex-diretor de Jornalismo da TV Cultura e vítima do regime militar (1964-1985), Vladimir Herzog. A inauguração da praça deve ocorrer em outubro, nela deverão ser entregues “uma estátua em bronze do jornalista e uma reprodução em mosaico do quadro 25 de Outubro, do artista plástico Elifas Andreato”. Herzog, no ano de 1975, compareceu por espontânea vontade, após ser convocado, ao Destacamento de Operações de Informações e Centro de Operações de Defesa (DOI-Codi), do 2.º Exército e, na tarde do mesmo dia, seu corpo foi encontrado. A versão oficial é de que este teria cometido suicídio, mas presos políticos não a confirmam. (*O Estado de S. Paulo – Nacional – 01/08/12*)

14- Estudo do governo propõe aumentar lista oficial de mortos e desaparecidos durante o regime militar

Conforme noticiado pelo periódico *Folha de S. Paulo*, um estudo proposto por um assessor da Secretaria de Direitos Humanos teria sugerido a inclusão de 600 novos nomes à lista oficial de mortos e desaparecidos, que já contém 357 vítimas, dado à repressão do regime militar (1964-1985). O estudo abrange mortes ocorridas entre os anos de 1961 e 1988 e será encaminhado para a Comissão da Verdade e para a Comissão sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, responsáveis por sua referenda. Segundo o jornal, a ação provocou reações conflitantes entre militares e historiadores. A historiadora Janaina Teles, por exemplo, apontou que a inclusão de nomes seria uma reivindicação antiga dos grupos que trabalham com direitos humanos e ressaltou a necessidade de esclarecer se a autoria de tais mortes realmente foi de agentes do Estado. A *Folha*, por outro lado, afirmou que militares, que falaram sob anonimato, acreditam que a medida trataria de “uma tentativa da esquerda de

incluir mais mortes na conta da repressão, não importando de fato se há provas”. (Folha de S. Paulo – Poder – 02/07/12)

15- Piloto que realizou rasante na Esplanada dos Ministérios dia 01/07/12 não foi punido

Segundo noticiado pelo *Correio Braziliense*, o piloto da Força Aérea Brasileira (FAB), que realizou um dos sobrevoos das aeronaves na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, ocorridos dia 01/07/12, não recebeu punição pelo rasante de 1.100 km/h que quebrou 49 vidraças do Palácio do Planalto e 65 do Supremo Tribunal Federal (STF). O piloto, cuja identidade e patente não foram reveladas, estava a bordo de um caça Mirage F 2000, capaz de atingir até duas vezes a velocidade do som. Na ocasião, os caças abriam a cerimônia de troca da bandeira, na Praça dos Três Poderes, e os rasantes provocaram ondas de choque intensas que destruíram vidraças do STF e causaram danos ao Palácio do Planalto, bem como rachaduras nas estruturas de estabelecimentos das proximidades, incluindo na residência oficial do embaixador de Portugal. O excesso de velocidade registrada em um dos dois caças levou a Aeronáutica a se pronunciar admitindo a imprudência e informando que o militar responsável estava afastado das atividades aéreas. No entanto, conforme o *Correio*, o militar em questão foi apenas afastado das atividades e, em 26 dias, voltou a pilotar depois de receber orientações do comando operacional da unidade Aérea. Por conta dos estragos provocados em 10 casas, a FAB já desembolsou R\$ 11.275 para cobrir os reparos, enquanto outras quinze residências esperam pela mesma ajuda. Ademais, a reforma no STF custou à instituição mais R\$ 35 mil e o orçamento para o serviço no Palácio do Planalto, que está programado para acontecer no mês de agosto, é de R\$ 40 mil. (Correio Braziliense – 02/07/12)

16- Retirada apressada da Minustah poderia desestabilizar o Haiti

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a Organização Não Governamental (ONG) *International Crisis Group*, recomendou, em seu relatório, que a retirada da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah), liderada pelo Brasil, não seja realizada de forma apressada, a fim de que não haja prejuízo à segurança ou aumento da violência. (O Estado de S. Paulo – Internacional - 03/08/12)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

* Informamos que as colunas opinativas da Folha de S. Paulo e o conteúdo na íntegra do Correio Braziliense e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em

receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe:

Ana Paula Lage de Oliveira (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Ana Paula Silva (Supervisora, mestre em História); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduada em Relações Internacionais); João Guilherme Benetti Ramos (Redator, graduando em Relações Internacionais, bolsista PIBIC) Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, doutoranda em Relações Internacionais); Laura Meneghim Donadelli (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Mariana Salvadori (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC); Ricardo Cavalheiro (Redator, graduando em Relações Internacionais); Sofia Andrade (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Tamires Souza (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC).